



Poço Fundo Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Poço Fundo Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Poço Fundo Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Poço Fundo Energia S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Poço Fundo Energia S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 17 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Patricia Seoane
Signed By: Patricia Seoane Azevedo-03852710550
CPF: 03852710550
Signed Time: 17 de abril de 2026 | 16:19 BRT
O: ICSP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
AC: Symplicity Munique

Patricia Seoane Azevedo
Contadora CRC 1BA040103/O-0

Poço Fundo Energia S.A.**Balço patrimonial em 31 de dezembro**
Em milhares de reais

Ativo	2025	2024	Passivo	2025	2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	7.940	7.141	Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	2.846	2.760
Contas a receber (Nota 7)	1.715	1.631	Fornecedores (Nota 10)	163	434
Impostos a recuperar	464	232	Conta de ressarcimento – CCEE (Nota 11)	7.153	6.652
Outros créditos		23	Outras contas a pagar (Nota 13)		-
Despesas antecipadas	212	242	Obrigações tributárias (Nota 12)	301	203
Total ativo circulante	10.331	9.269	Obrigações sociais	52	51
			Dividendos a pagar		1.064
			Total passivo circulante	10.515	11.164
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	36.287	38.181
Imobilizado (Nota 8)	85.789	88.353	Conta de ressarcimento – CCEE (Nota 11)	1.715	
Intangível	237	241	Total passivo não circulante	38.002	38.181
Total ativo não circulante	86.026	88.594	Patrimônio líquido (Nota 13)		
			Capital social	40.732	40.732
			Reserva Legal	511	511
			Reserva de retenção de lucros	6.597	7.275
			Total patrimônio líquido	47.840	48.518
Total ativo	96.357	97.863	Total do passivo e patrimônio líquido	96.357	97.863

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poço Fundo Energia S.A.**Demonstração do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 14)	12.399	16.484
Custos de operação (Nota 15)	<u>(4.158)</u>	<u>(4.174)</u>
Lucro bruto	<u>8.241</u>	<u>12.310</u>
Despesas gerais e administrativas (Nota 16)	(3.888)	(3.262)
Outras receitas e despesas (Nota 16)	73	-
Lucro operacional	<u>4.426</u>	<u>9.048</u>
Receitas financeiras (Nota 17)	840	347
Despesas financeiras (Nota 17)	<u>(5.285)</u>	<u>(4.410)</u>
Resultado financeiro, (Nota 17)	<u>(4.445)</u>	<u>(4.063)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(19)	4.985
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18)	<u>(659)</u>	<u>(503)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(678)</u>	<u>4.482</u>
Ações no fim do exercício (em milhares)	81.463	81.463
Lucro (prejuízo) por ação do capital social no fim do exercício em Reais	(0,001)	0,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poço Fundo Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>(678)</u>	<u>4.482</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u> </u>	<u> </u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(678)</u></u>	<u><u>4.482</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poço Fundo Energia S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2024	40.732	286	4.082	-	45.100
Lucro líquido do exercício				4.482	4.482
Destinação do lucro:					
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 13)				(1.064)	(1.064)
Constituição de reservas (Nota 13)		225	3.193	(3.418)	-
Em 31 de dezembro de 2024	40.732	511	7.275	-	48.518
Prejuízo líquido do exercício				(678)	(678)
Destinação do lucro:					
Constituição de reservas (Nota 13)			(678)	678	-
Em 31 de dezembro de 2025	40.732	511	6.597	-	47.840

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poço Fundo Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	237	4.985
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício		
Depreciação (Nota 8)	2.582	2.628
Amortização	4	18
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 9)	4.557	4.101
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(84)	(62)
Impostos a recuperar	(232)	(229)
Despesas antecipadas	30	(31)
Outros créditos	23	(21)
Fornecedores	(271)	6
Obrigações sociais	1	1
Contas a pagar CCEE	2.216	2.897
Obrigações tributárias	(158)	(43)
Outras contas a pagar	-	(9.000)
Caixa gerado pelas operações	8.905	5.250
Juros s/ empréstimos pagos (Nota 9)	(3.568)	(3.776)
IR e CS pagos	(659)	(503)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.678	971
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 8)	(18)	(240)
Aquisições intangível	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	4.660	731
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos (Nota 9)	(2.797)	(2.750)
Pagamento de dividendos	(1.064)	(1.362)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.861)	(4.112)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	799	(3.381)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.141	10.522
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.940	7.141

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Contexto operacional

A Poço Fundo Energia S.A (a “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 16 de outubro de 2009, com sede na Rua Francisco da Cunha, 178, Boa Viagem, Recife, Estado de Pernambuco e tem por objeto social a geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.

A Companhia é controlada pela Maxxima Energia Ltda.

O Empreendimento iniciou suas operações em 2 de outubro de 2020 com a finalização da construção da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Poço Fundo, conforme Despacho nº 2.823 da ANEEL.

PCH	Estado	Cidade	Capacidade Instalada MW (**)	Início	Término
Poço Fundo	RJ	São José do Vale do Rio Preto	14 MW	2/10/2020	01/10/2050

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 17 de abril de 2026.

a) Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou, em 28 de dezembro de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 30 anos, a contar a partir de 1 de março de 2020, ao preço de R\$ 234,70/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

Conforme Contrato de Energia de Reserva CER nº 403/16 com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a operação comercial deveria ter acontecido em 1 de março de 2020, mas de acordo com a Nota Técnica nº 649/2020 da ANEEL, esse prazo foi postergado em 137 dias, ou seja, para 16 de julho de 2020, devido ao atraso da liberação da Autorização de Supressão Vegetal (ASV) pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) do Estado do Rio de Janeiro. .

Em 9 de outubro de 2020, a Companhia ingressou junto a ANEEL com outra solicitação de alteração do cronograma de implantação e com o excludente de responsabilidade do empreendedor, devido aos atrasos provocados pela pandemia do COVID-19. Em 31 de maio de 2022, a ANEEL emitiu o Despacho nº 1.426 alterando a data de início de operação de 01 de março de 2020 para 02 de outubro de 2020.

Com a emissão do Despacho nº 1.426 a ANEEL reconheceu o Excludente de Responsabilidade acrescentando 215 dias de atraso na implantação da PCH Poço Fundo. Com isso, foi prorrogado o prazo de Outorga até 27/06/2044 possibilitando também a assinatura junto a CCEE do 1º Termo Aditivo ao

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CER nº403 acrescentando os 215 dias e postergando o início de 01/03/2020 para 02/10/2020 do Contrato de Energia de Reserva (CER) da usina PCH Poço Fundo e passando a ter vigência até 01/10/2050.

b) Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta um capital circulante negativo de R\$ 184. Apesar de apresentar capital circulante líquido negativo, a Companhia apresenta fluxo de caixa operacional positivo e, eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 19. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

1.3. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

O ano de 2025 foi um ano de condições climáticas ainda mais desfavoráveis a geração de energia através de fontes hidráulicas, como é o caso da PCH Poço Fundo, visto o volume baixo de chuvas principalmente no 2º semestre, o que prejudicou a capacidade de geração de energia, aumentando as paradas operacionais pelo baixo nível do reservatório mesmo com a melhoria contínua dos processos de qualidade da manutenção e operação. O clima desfavorável com altas temperaturas aumenta as perdas no sistema de transmissão de energia.

A energia elétrica produzida pela usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade pela forte dependência do regime hidrológico, visto que a capacidade do reservatório da PCH Poço Fundo é muito pequena. Sendo assim, a operação da usina depende efetivamente da vazão do rio através do seu fluxo natural de correntes. A barragem da PCH Poço Fundo tem sua matriz de classificação de barragens junto a ANEEL de nível BAIXO, conseqüentemente, não se enquadrando na Resolução Normativa ANEEL nº696/2015 e sem a necessidade de apresentação de plano de contingência.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.4 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da empresa.

2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 10 de janeiro de 2025:

- Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 10 de janeiro de 2025.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

A partir do momento da entrada em operação, teve início o reconhecimento da depreciação dos ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem.

(b) Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão do risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo setor financeiro.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025			
Fornecedores	163		
Empréstimos e financiamentos	2.846	2.846	33.441
Conta de ressarcimento		7.153	1.715
Redução de capital a pagar			
Dividendos a pagar			
Em 31 de dezembro de 2024			
Fornecedores	434		
Empréstimos e financiamentos	2.760	2.760	35.421
Conta de ressarcimento		6.652	
Redução de capital a pagar			
Dividendos a pagar	1.064		

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração acompanha continuamente os covenants financeiros previstos nos contratos de financiamento, bem como os procedimentos operacionais associados à constituição da Conta Reserva do Serviço da Dívida.

Embora, em 31 de dezembro de 2025, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) tenha sido apurado abaixo do limite contratual e a Conta Reserva ainda não refletisse integralmente o montante previsto para essa situação, a Administração avalia que a Companhia mantém capacidade financeira suficiente para cumprir com o aumento do saldo da Conta Reserva, considerando suas demais disponibilidades e o fluxo de caixa operacional.

A retenção adicional de recursos na Conta Reserva é realizada diretamente pelo BNDES e depende do cumprimento de procedimentos formais, incluindo a entrega das demonstrações financeiras auditadas e do relatório de cumprimento das cláusulas contratuais, os quais se encontram em acompanhamento pela Administração..

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, entre outros.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Total dos empréstimos (Nota 9)	39.133	40.941
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(7.940)</u>	<u>(7.141)</u>
Dívida líquida (a)	<u>31.193</u>	<u>33.800</u>
Total do patrimônio líquido	<u>47.840</u>	<u>48.518</u>
Total do capital (b)	<u>79.118</u>	<u>82.318</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a/b)	39%	41%

Estimativa do valor justo

A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixas e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mensurados ao custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	7.940	7.141
Contas a receber	<u>1.715</u>	<u>1.631</u>
	<u>9.655</u>	<u>8.772</u>
Passivos		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	39.133	40.941
Fornecedores (Nota 10)	163	434
Conta de ressarcimento – CCEE (Nota 11)	<u>8.868</u>	<u>6.652</u>
	<u>48.164</u>	<u>48.027</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundo Fixo	4	4
Bancos conta movimento (i)	566	682
Aplicações financeiras (ii)	<u>7.370</u>	<u>6.455</u>
	<u>7.940</u>	<u>7.141</u>

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.

(ii) As aplicações financeiras são referentes a:

- a) CDB mantido junto ao Banco Itaú, indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. A taxa média de remuneração da aplicação é de 97% do CDI.
- b) Fundo Referenciado DI junto ao Banco Bradesco, Fundo Federal Extra DI, que busca rentabilidade que acompanhe as variações do CDI., que possui uma remuneração média em 2025 de 97,69% do CDI (2024 – 97,34% do CDI).

Poço Fundo Energia S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a receber referente a venda de energia	<u>1.715</u>	<u>1.631</u>
	<u><u>1.715</u></u>	<u><u>1.631</u></u>

Não existem valores de contas a receber vencidos nos períodos apresentados, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. O prazo médio de recebimento é muito curto e a Companhia não possui nenhum histórico de perda, visto que comercializa a energia apenas com a CCEE.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imobilizado

	Terrenos	Máquinas e equipamentos (i)	Móveis e utensílios	Reservatórios Barragens e adutora	Edificações, obras civis e benfeitorias	Total
Em 31 de dezembro de 2024	2.451	31.822	4	46.122	10.342	90.741
Saldo inicial	2.451	31.822	4	46.122	10.342	10.342
Transferência				37	(37)	-
Aquisições				240		240
Depreciação		(1.233)		(1.113)	(282)	(2.628)
Saldo contábil, líquido	<u>2.451</u>	<u>30.589</u>	<u>4</u>	<u>45.286</u>	<u>10.023</u>	<u>88.353</u>
Em 31 de dezembro de 2024	2.451	30.589	4	45.286	10.023	88.353
Custo						
Saldo contábil, líquido	<u>2.451</u>	<u>30.589</u>	<u>4</u>	<u>45.286</u>	<u>10.023</u>	<u>88.353</u>
Em 31 de dezembro de 2025	2.451	30.589	4	45.286	10.023	88.353
Saldo inicial	2.451	30.589	4	45.286	10.023	10.023
Transferência						
Aquisições		18				18
Depreciação		(1.233)		(1.067)	(282)	(2.582)
Saldo contábil, líquido	<u>2.451</u>	<u>29.374</u>	<u>4</u>	<u>44.219</u>	<u>9.741</u>	<u>85.789</u>
Em 31 de dezembro de 2025	2.451	29.374	4	44.219	9.741	85.789
Custo						
Saldo contábil, líquido	<u>2.451</u>	<u>29.374</u>	<u>4</u>	<u>44.219</u>	<u>9.741</u>	<u>85.789</u>
Taxa de depreciação	-	4%	10%	4%	4%	

(i) Refere-se às turbinas, geradores, painéis elétricos, comportas, pontes rolantes entre outros.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Empréstimos e financiamentos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	39.133	40.941
Total	<u>39.133</u>	<u>40.941</u>
Circulante	2.846	2.760
Não circulante	<u>36.287</u>	<u>38.181</u>
Total	<u>39.133</u>	<u>40.941</u>

Em 27 de novembro de 2018, a Companhia celebrou o contrato junto ao Bando Nacional de Desenvolvimento – BNDES para concessão de financiamento, no valor total de R\$ 45.000, dividido em dois subcréditos (A e B, nos montantes de R\$ 42.985 e R\$ 2.015, respectivamente) para construção da PCH.

Sobre o principal da dívida, decorrente dos subcréditos A e B, incidirão juros à taxa de 3,33% + TJLP ao ano. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu o montante total de R\$ 45.000.

O principal da dívida será pago em 228 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de outubro de 2020 e a última prestação em 15 de setembro de 2039. Durante o período de carência, os juros foram capitalizados trimestralmente até o início da operação. A partir de 15 de outubro de 2020, os juros são quitados, mensalmente.

Covenants

O contrato de financiamento com o BNDES estabelece, entre outros covenants financeiros, a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em patamar mínimo de 1,30, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, durante a fase de amortização.

A Companhia atendeu ao ICSD mínimo exigido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o ICSD apurado ficou abaixo do limite contratual.

Nos termos do contrato de financiamento, o não cumprimento do ICSD mínimo não implica vencimento antecipado automático da dívida, estando prevista, como medida compensatória, a constituição de saldo na Conta Reserva do Serviço da Dívida em montante equivalente a seis vezes o valor da parcela do serviço da dívida.

A Companhia não possui autonomia sobre a movimentação da Conta Reserva, uma vez que a retenção dos recursos é operacionalizada diretamente pelo BNDES, condicionada à entrega das demonstrações financeiras auditadas e do relatório de cumprimento das cláusulas contratuais. Em função desse procedimento operacional, em 31 de dezembro de 2025, o saldo da Conta Reserva correspondia a três parcelas do serviço da dívida, sendo que a retenção adicional será efetuada pelo BNDES após a entrega e validação dos referidos relatórios.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apesar de, nessa data, a Conta Reserva ainda não atingir o montante contratualmente requerido, a Administração entende que a Companhia dispõe de recursos financeiros suficientes para suportar o incremento do saldo da Conta Reserva, não sendo requerida, nem considerada provável, a liquidação integral da dívida, não tendo havido declaração de vencimento antecipado por parte do BNDES..

Garantias financeiras

Como garantia dos empréstimos as intervenientes da Companhia (Maxxima Energia, Energias Sul e DJMF Energia), dão em penhor a totalidade das ações de sua titularidade e de emissão da Companhia, e quaisquer outras ações representativas do capital social, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pela Companhia, bem como dividendos, rendimentos, e demais direitos creditórios decorrentes da titularidade das ações.

Também, a Companhia cederá fiduciariamente a totalidade dos direitos creditórios decorrentes do Contrato de Energia de Reserva nº 403/2016 (CER), a totalidade dos direitos creditórios decorrentes de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia que a Companhia vier a celebrar, os créditos que venham a ser depositados nas contas garantia do Contrato de Empréstimo, os direitos emergentes da Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.004, de 12/07/2011, alterada pelo Despacho ANEEL nº 2.193, de 24/07/2017 que compreenderá, mas não se limitará: o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Outorgante à Companhia, ao direito de gerar energia elétrica pela Companhia e a todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da Autorização.

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
2025	-	
2026	2.846	2.760
2027 até 2039	33.441	35.421
	<u>36.287</u>	<u>38.181</u>

Reconciliação da dívida líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Empréstimos de curto prazo	2.846	2.760
Empréstimos de longo prazo	36.287	38.181
Total da dívida	39.133	40.941
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.940)</u>	<u>(7.141)</u>
Dívida líquida	<u>31.193</u>	<u>33.800</u>

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 1º de janeiro de 2024	43.366
Juros provisionados	4.101
(-) Liquidação principal	(2.750)
(-) Liquidação juros	(3.776)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	40.941
Juros provisionados	4.557
(-) Liquidação principal	(2.797)
(-) Liquidação juros	(3.568)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	39.133

10. Fornecedores

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Siton	-	102
Baggio e Costa Filho	-	42
Ampla Energia e Serviços	1	109
Chubb Seguros do Brasil	127	140
Outros fornecedores	35	41
	<u>163</u>	<u>434</u>

11. Conta de ressarcimento – CCEE

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Câmara de Comercialização de Energia (a) CP	7.153	6.652
Câmara de Comercialização de Energia LP	1.715	-
	<u>8.868</u>	<u>6.652</u>

- (a) Refere-se ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada, que será faturado, conforme CER. Os valores classificados no circulante se referem a valores que vencerão nos próximos 12 meses.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Obrigações tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
PIS a recolher	8	10
COFINS a recolher	39	48
IRPJ a recolher	176	60
CSLL a recolher	66	43
Outros	12	42
	<u>301</u>	<u>203</u>

13. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 40.732 (2024 – R\$ 40.732) dividido em 81.463 mil (2024 – 81.463 mil) ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R\$ 0,50, nominativa, indivisíveis em relação à sociedade e não conversíveis em ações preferenciais.

<u>Composição</u>	<u>Participação (%)</u>
Maxxima Energia Ltda.	93,35
Energias do Sul Ltda.	3,35
DJMF Energia Ltda.	3,30
Outros	0,000007

(b) Distribuição do lucro

(i) Reserva legal

Conforme estatuto social, do lucro líquido do exercício, serão destinados 5% para constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei 6.404/76, até que esta atinja 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Representa a parcela destinada do lucro, após constituição da reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório, que deverá ser deliberada de forma definitiva através de ato societário quando cumpridas as exigências contratuais do Contrato de Financiamento do BNDES.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei. Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	(422)	4.482
Constituição da reserva legal (5%)	-	(225)
Base de cálculo dos dividendos	-	4.257
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	1.064

14. Receita líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita com geração de energia elétrica	12.869	17.108
Deduções:		
Pis	(84)	(111)
Cofins	(386)	(513)
	<u>12.399</u>	<u>16.484</u>

15. Custos de operação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Materiais e outros insumos	(136)	(189)
Depreciação e amortização	(2.586)	(2.628)
Consumo/compra energia	(1.436)	(1.357)
	<u>(4.158)</u>	<u>(4.174)</u>

16. Despesas por natureza

A composição das despesas é a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas administrativas (i)	(483)	(506)
Outras despesas	73	-
Serviços de terceiros (ii)	(2.553)	(2.250)
Despesas tributárias	(362)	(44)
Despesas com pessoal (iii)	(490)	(462)

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>(3.815)</u>	<u>(3.262)</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(i) Despesas administrativas:		
Seguros	(288)	(262)
Aluguéis	(72)	(85)
Outras	<u>(196)</u>	<u>(159)</u>
	<u>(556)</u>	<u>(506)</u>
(ii) Serviços de terceiros:		
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Auditoria, consultoria e assessoria (b)	(552)	(459)
Despesas com viagens	(30)	(19)
Consultoria e serviços - Ambiental	(148)	(148)
Operação	(1.273)	(1.121)
Serviço de pessoa jurídica	(217)	(219)
Serviços de manutenção e reforma (a)	(313)	(242)
Outros serviços	<u>(20)</u>	<u>(42)</u>
	<u>(2.553)</u>	<u>(2.250)</u>
(iii) Despesa com pessoal:		
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários e ordenados	(341)	(317)
Encargos sociais	(119)	(114)
Outros benefícios	<u>(30)</u>	<u>(32)</u>
	<u>(490)</u>	<u>(462)</u>

- (a) Em 2025, a Poço Fundo Energia S.A. realizou serviço extra de manutenção e reforma nas paredes de contenção do reservatório e da barragem.
- (b) Em 2025, houve o pagamento de R\$ 277 mil ao escritório da Baggio e Costa Filho Sociedade de Advogados como honorários referentes ao êxito no processo de excludente de responsabilidade e postergação do prazo da outorga.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Despesas financeiras, líquidas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>840</u>	<u>347</u>
	<u>840</u>	<u>347</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos (i)	(4.557)	(4.101)
Despesas bancárias	(28)	(17)
Outras despesas financeiras (ii)	<u>(700)</u>	<u>(292)</u>
	<u>(5.285)</u>	<u>(4.410)</u>
	<u>(4.445)</u>	<u>(4.063)</u>

(i) Os juros sobre financiamentos têm na sua composição a TJLP, em dez/24 era 0,60% e em dez/25 0,73%.

(ii) Em 2025, a Poço Fundo pagou multa de R\$ 529 mil referente à geração a menor no fechamento do ano contratual e atualização do valor do Mwh de R\$ 171 mil.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está enquadrada no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados aplicando-se a presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% adicional para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta de vendas	12.869	17.108
Base de cálculo IRPJ e CSLL	12.869	17.108
Presunção imposto de renda – 8%	1.030	1.369
Receitas financeiras	840	-
Imposto de renda: 15%	281	205
Adicional do imposto de renda: 10%	<u>163</u>	<u>113</u>
Total de IRPJ (i)	<u>444</u>	<u>318</u>
Presunção contribuição social – 12%	1.544	2.053
Receita financeira	840	-
Contribuição social: 9% (ii)	<u>215</u>	<u>185</u>
Imposto de renda e contribuição social (i) + (ii)	<u>659</u>	<u>503</u>

19. Resumo das políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

19.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

19.2 Ativos financeiros

19.2.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida como a seguir:

. Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

19.2.2 Impairment

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

19.2.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

19.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva – CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como crédito CCEE.

19.4 Impostos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.

19.5 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas sem alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Resolução Normativa nº 474, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 7 de fevereiro de 2012, estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa n. 367, de 2 de junho de 2009.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 474 em vigor desde 7 de fevereiro de 2012.

Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 30 (trinta) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado.

19.6 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

19.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estes são apresentados como passivo não circulante.

19.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

19.9 Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

Refere-se a diferença entre a energia entregue pela Usina e a energia contratada (através do Contrato de Comercialização de Energia – CER). Na data de fechamento anual (mês de agosto), a CCEE apura a quantidade de energia entregue pela Usina no ano e diminui da quantidade contratada com a Usina, através do CER.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se a diferença for negativa, ou seja, se a Usina naquele ano entregou uma quantidade de energia menor do que o contratado, no ano imediatamente seguinte ela irá devolver para a CCEE a diferença corrigida conforme Contrato através de desconto nas próximas parcelas mensais da Receita Fixa.

19.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

19.11 Provisão para desmobilização

A administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para custos de desmobilização na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido e entende que o valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividades e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo.

19.12 Provisão para Contingências

A administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para contingências tendo em vista a inexistência de causas possíveis e prováveis em de 31 de dezembro de 2025.

19.13 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

19.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

19.15 Imposto de renda e contribuição social

Em 2024 e 2023, a Companhia está registrada no lucro presumido. Dessa forma, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 8% sobre a receita bruta auferida com a venda de energia; acrescida dos rendimentos de aplicações financeiras e as receitas e os ganhos de capital, não decorrentes da atividade operacional da pessoa jurídica, mais adicional de 10% sobre a base de cálculo do imposto ajustada que exceder a R\$ 60.000 trimestrais, perfazendo R\$ 240.000 anuais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 12% mais os acréscimos previstos na forma da legislação vigente.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Poço Fundo Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgado na data do balanço dos países em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

20. Seguros (não auditado)

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2025 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados:

Coberturas	Importâncias seguradas
Estruturas e obras civis	51.503
Responsabilidade civil	10.000
Máquinas, equipamentos, instalação e montagem	32.982
Lucros Cessantes	16.200

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 29CF13FA-40B9-4FDB-B730-04AE64D97325

Status: Concluído

Assunto: Complete com a Docusign: POCOFUNDOENERGIA 2025 - VF (1).docx, POCOFUNDOENERGIA25.DEZ 1.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 30

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Pedro OSouza

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

pedro.osouza@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.144

Rastreamento de registros

Status: Original

17 de abril de 2026 | 15:21

Portador: Pedro OSouza

pedro.osouza@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

17 de abril de 2026 | 16:19

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Patrícia Seoane

patricia.seoane@pwc.com

Sócia

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Assunto: CN=Patrícia Seoane

Azevedo:00852710550

Assinatura

DocuSigned by:

 E140325D97B44FF...

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 134.238.159.64

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 17 de abril de 2026 | 15:40

Visualizado: 17 de abril de 2026 | 16:17

Assinado: 17 de abril de 2026 | 16:19

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Pedro OSouza pedro.osouza@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 17 de abril de 2026 16:19 Visualizado: 17 de abril de 2026 16:19 Assinado: 17 de abril de 2026 16:19
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	17 de abril de 2026 15:40
Entrega certificada	Segurança verificada	17 de abril de 2026 16:17
Assinatura concluída	Segurança verificada	17 de abril de 2026 16:19
Concluído	Segurança verificada	17 de abril de 2026 16:19

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------